

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.380.091 - SP (2018/0254768-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : DANIEL MICHELAN MEDEIROS E OUTRO(S) - SP172328
ROBERTA PATRIARCA MAGALHÃES - SP219114
AGRAVADO : ARISSALA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
AGRAVADO : DOUGLAS MORAES JUNIOR
AGRAVADO : ROGERIO MORAES
AGRAVADO : DARLAN MORAES
ADVOGADO : WILMA LEITE MACHADO CECATO E OUTRO(S) - SP279440
INTERES. : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : RENATO TUFI SALIM E OUTRO(S) - SP022292

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

DARLAN MORAES, DOUGLAS MORAES JÚNIOR E ROGÉRIO MORAES (DARLAN e outros) promoveram contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), CAIXA SEGURADORA S.A e ARISSALA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ação ordinária objetivando a anulação de escrituras públicas de hipotecas de imóveis, bem como sua adjudicação compulsória.

Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenando-se as rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa (e-STJ, fls. 677/684).

Os embargos declaratórios opostos em face da sentença por DARLAN e outros foram acolhidos em parte para sanar a omissão apontada (e-STJ, fls. 694/695).

CEF e CAIXA SEGURADORA apelaram da sentença, tendo o Tribunal de origem negado provimento a ambos os recursos, em acórdão assim ementado:

TERRENO OBJETO DE PERMUTA POR UNIDADE HABITACIONAL COM A CONSTRUTORA. POSTERIOR

CONSTITUIÇÃO DE HIPOTECA EM FAVOR DO AGENTE FINANCEIRO. INVALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

I - Os documentos constantes dos presentes autos comprovam que o imóvel em que foi realizada a construção do edifício era de propriedade de Darlan Moraes. Por sua vez, os sucessivos registros tratam de: (1) promessa de permuta com a ARISSALA Empreendimentos Imobiliários Ltda, oportunidade em que o antigo proprietário se comprometeu a dar o imóvel em troca de 17 (dezessete) unidades habitacionais a serem construídas no bem; (2) registro do empreendimento imobiliário em que consta, de forma clara, que o pagamento do imóvel incorporado se daria mediante a entrega de 17 (dezessete) apartamentos residenciais ou unidades autônomas (fl. 117); (3) venda e compra do imóvel. Há, enfim, uma escritura de dação em pagamento em que consta que a venda e compra foi uma solução parcial da anterior promessa de permuta.

II - Como se percebe, a prova documental aponta para a ocorrência de uma efetiva troca entre o antigo proprietário e a Incorporadora, fato este que a Caixa Econômica Federal não pode alegar desconhecimento.

III - A propósito, na escritura de fls. 203/207, datada de 08/09/1999, há disposição expressa no sentido de remanescerem ainda sob domínio da proprietária originária, livre e desembaraçadas de ônus reais, as frações ideais de terreno (Cláusula Terceira), documento este que também foi assinado por um representante da CEF. Por outro lado, a Cláusula Sexta, que trata da garantia hipotecária adicional, é de duvidosa validade, uma vez que oferece como garantia bens que ela mesma assevera estarem livres e desembaraçados.

IV - Portanto, o princípio da boa-fé objetiva impõe ao financiador da edificação de unidades destinadas à venda verificar se os imóveis dados em garantia poderiam ser objeto da construção.

V - Recursos desprovidos. Sentença mantida (e-STJ, fls. 952/953).

Os embargos de declaração opostos pela CEF foram rejeitados (e-STJ, fls. 971/979).

Inconformada, CEF interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 1.022, I e II do NCPC; 20, §§ 3º e 4º do CPC/73, alegando, em síntese (1) negativa de prestação jurisdicional por omissão do aresto recorrido; e; (2) que a fixação dos honorários advocatícios, na espécie, deveria ter sido por equidade e não com base no valor da causa, pois não houve condenação em dinheiro.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TRF da 3ª Região

inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 1.027/1.031).).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Alegação de violação do art. 1.022 do NCPC

Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

Não se verifica, no caso, a alegada vulneração do art. 1.022 do NCPC, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação no que se refere à fixação dos honorários advocatícios, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

(2) Alegação de violação do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC/73

A fixação de honorários advocatícios nas ações em que não há condenação, como ocorrera na espécie, pode ocorrer com base no valor da causa ou da condenação, nos termos do art. 20, § 4º do CPC/73 ou mesmo em um valor fixo, segundo o critério de equidade.

No caso dos autos, o juízo de piso optou em fixar os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa.

A propósito, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EQUIDADE. LICITUDE. REVISÃO. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA

ISONOMIA. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. A fixação dos honorários nas ações em que não há condenação não está adstrita aos limites percentuais de 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.

2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não permitir a modificação dos valores fixados a título de honorários advocatícios, por meio de recurso especial, se estes não se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, haja vista a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1096727/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 17/10/2017, DJe 27/10/2017 - sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DEMOLITÓRIA C/C PRECEITO COMINATÓRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. DECISÃO EXTRA PETITA. DECADÊNCIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO.

SÚMULA 7/STJ. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ.

1. [...]

2. [...]

4. O magistrado, no momento da fixação da verba honorária, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública e nas execuções embargadas ou não, com base no art. 20, § 4º, do CPC/73, pode eleger como base de cálculo tanto o valor da causa, como arbitrar valor fixo, levando em consideração o caso concreto à luz dos preceitos constantes das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do referido preceito legal. (Precedentes).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 827.651/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. em 13/6/2017, DJe 20/6/2017 - sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados

em desfavor da CEF, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

